

A DISPUTA SOBRE A NATUREZA DO OBJETO DA PESQUISA IDEACIONAL

TENSÕES E DISTENSÕES ENTRE OS “NOVOS” NEOINSTITUCIONALISMOS

5

John dos Santos Freitas*

Resumo: Este texto aborda a importância das instituições na política, destacando diferentes abordagens do institucionalismo na Ciência Política. Neoinstitucionalismos, como o discursivo e o construtivista, valorizam as ideias na análise política e não estão bem definidos entre as suas similaridades e dissimilaridades. Há uma preocupação em não ser idealista, mas também em não descartar abordagens não materialistas. A discussão se estende à filosofia das Ciências Sociais, especialmente em relação à ontologia, epistemologia e metodologia. O texto visa a discutir essas questões, com foco nos neoinstitucionalismos discursivo e construtivista, destacando a centralidade das ideias e do discurso no institucionalismo discursivo e a importância da construção e interpretação das ideias pelos atores institucionais no institucionalismo construtivista.

Palavras-chave: institucionalismo; neoinstitucionalismo; ideias; virada ideacional.

THE DISPUTE REGARDING THE NATURE OF THE OBJECT
OF IDEATIONAL RESEARCH: TENSIONS AND RELAXATIONS
AMONG THE "NEW" NEO-INSTITUTIONALISMS

Abstract: This text examines the significance of institutions in politics, emphasizing various approaches to institutionalism within Political Science. Neo-institutionalist frameworks, such as discursive and constructivist institutionalism, place a strong emphasis on the role of ideas in political analysis, but are not always clearly defined in terms of their similarities and differences. A central concern is to avoid idealism while also acknowledging the value of non-materialistic perspectives. The discussion extends to the philosophy of Social Sciences, particularly in relation to ontology, epistemology, and methodology. The text seeks to address these issues, focusing on discursive and constructivist neo-institutionalisms. It highlights the centrality of ideas and discourse in discursive institutionalism and underscores the importance of the construction and interpretation of ideas by institutional actors in constructivist institutionalism.

Keywords: institutionalism; neo-institutionalism; ideas; ideational turn.

1 INTRODUÇÃO

As instituições são centrais no estudo da política e das políticas desde muito tempo. Nesse contexto, convencionou-se chamar de institucionalismo as áreas de investigação que, grosso modo, assumiam a proposição “as instituições

* Graduado e Mestre em Ciência Política pela UFPI; Doutorando em Ciência Política pela USP. Contato: john.freitas@usp.br

importam”. Entretanto há vários institucionalismos, desde o institucionalismo normativo, ou chamado de velho institucionalismo, aos institucionalismos mais recentes, chamados de neoinstitucionalismos. Dentro desse espectro contemporâneo de variedades de institucionalismos estão situados o institucionalismo discursivo e o institucionalismo construtivista, que têm como ponto comum a aceitação das ideias como componente central da análise política.

O estudo sobre as instituições, por muito tempo, encontrou dificuldades em aceitar as ideias dentro do seu escopo de investigação. Além disso, uma atividade mais complicada era atribuir impacto causal das ideias sobre os fenômenos sociais e políticos e tratar essas ideias como variáveis independentes. Há uma preocupação constante de assumir as ideias como explicações sobre a política e sobre as políticas: o risco de os pesquisadores tenderem ao idealismo; em outras palavras, dispensar qualquer base material para realizar suas análises. O outro lado da moeda é igualmente digno de atenção. Trata-se de considerar o institucionalismo do ponto de vista estritamente materialista e tudo o que passar disso é tratado como anomalia e é logo descartado.

Em grande parte, a questão colocada acima é intrigante pelo fato de os fenômenos sociais serem fluidos e as Ciências Sociais terem um estatuto epistemológico que deve se desprender das ciências da natureza para sua própria sobrevivência, mas nem sempre o consegue, vide o positivismo dentro da Ciência Social. Sobre a discussão dos fundamentos das Ciências Sociais no geral e da ciência política em específico, pode-se explorar três pontos: a ontologia, a epistemologia e a metodologia: “Na filosofia das ciências sociais, aquilo que até agora denominamos como a questão política é referido como uma questão ontológica; aquilo que até agora denominamos como a questão científica é referido como uma questão epistemológica. Ambas, como veremos, possuem implicações metodológicas” (Hay, 2002, p. 61, tradução nossa).

O autor supracitado discorre sobre a função e a importância destes três aspectos, ontológico/epistemológico/metodológico, para a compreensão do político e das políticas. Do ponto de vista do ontológico, compreender e definir o que é o ser do político figura imprescindível para a análise política. Essa posição ontológica pode ser resumida em duas perguntas essenciais: a primeira é sobre a natureza da realidade social e política que será investigada; a segunda é, relacionado ao que existe e que conhecimento podemos obter através desta existência. Quanto ao aspecto epistemológico, tem-se a questão de “o que” se

pode conhecer no mundo social e político. Já a função metodológica, derivada diretamente das duas anteriores, coloca “o como” se chega ao conhecimento dos fenômenos sociais e políticos (Hay, 2002).

Objetiva-se, portanto, neste texto, tendo como centro das discussões o institucionalismo discursivo e o institucionalismo construtivista, discutir as questões que derivam das funções ontológica, epistemológica e metodológica das instituições políticas. O texto é dividido em duas partes. A primeira dedica-se à definição conceitual do problema ora levantado e a segunda parte do texto procura penetrar nas nuances do que está sendo chamado de “novos” neo-institucionalismos: o institucionalismo discursivo que atribui centralidade às ideias e ao discurso; e o institucionalismo construtivista que atribui centralidade às ideias e à construção e interpretação dessas ideias pelos atores institucionais.

2 AS IDEIAS ENTRE OS IDEALISMOS, MATERIALISMOS, DISCURSIVISMOS E CONSTRUTIVISMOS

Alguns conceitos são centrais para a análise em tela. Dentre esses, ressaltamos as definições de institucionalismo, institucionalismo discursivo, institucionalismo construtivista, idealismo e materialismo. Esses conceitos habitam várias áreas de conhecimento, contudo os que serão utilizadas aqui estão situadas nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais, em especial Ciência Política e na Filosofia, em especial epistemologia e filosofia da ciência. Quando for possível e adequado, reuniremos todas essas áreas no que se denomina filosofia das Ciências Sociais.

O par conceitual idealismo/materialismo deve ser explanado por dois fatores. O primeiro por se tratar de conceitos amplamente usados no pensamento ocidental e, conseqüentemente, com muitas interpretações, a depender do emprego que se dá a esses conceitos. Segundo, porque dão base a um conjunto de críticas dentro das correntes institucionalistas em uma cadeia de argumentação que vai desde o “velho” institucionalismo, passando pelos novos institucionalismos, e, por fim, chegando ao institucionalismo discursivo e institucionalismo construtivista. Por exemplo, o institucionalismo discursivo é, vez ou outra, “acusado” de idealismo em demasia. Melhor dizendo, afirmam que seu objeto de análise não encontra referência no mundo.

O idealismo, embora seja relacionado ao conjunto de especulações de Platão sobre o mundo das ideias, só foi formulado e usado amplamente no Séc. XVII por Gottfried Leibniz (1646–1716) para se referir ao caráter espiritual da realidade. O idealismo pode ser dividido em idealismo gnosiológico/epistemológico ou idealismo romântico, e é mais adequado a este trabalho o primeiro tipo de idealismo. O idealismo gnosiológico também pode ser chamado de “idealismo metafísico”, o que é uma espécie de redundância, já que tudo que é metafísico é oposto ao material, ou mundo real, para usar o vocabulário platônico.

Desde a formulação de Leibniz, há muitas variantes do conceito de idealismo, entretanto usaremos aqui a definição de Kant (1724–1804). No conceito kantiano de idealismo há tanto a oposição ao racionalismo cartesiano quanto as formulações imaterialistas de Berkeley (1685–1753), que, de tão radical, foi chamado de dogmático:

O idealismo (o idealismo material, entenda-se) é a teoria que considera a existência dos objetos fora de nós, no espaço, ou simplesmente duvidosa e indemonstrável, ou falsa e impossível; o primeiro é o idealismo problemático de Descartes, que só admite como indubitável uma única afirmação empírica (*assertio*), a saber; eu sou; o segundo é o idealismo dogmático de Berkeley, que considera impossível em si o espaço, com todas as coisas de que é condição inseparável, sendo, por conseguinte, simples ficções as coisas no espaço (Kant, 2001, p. B 275).

O materialismo, por sua vez é toda doutrina que atribui causalidade apenas à matéria. (Abbagnano, 2015). É conveniente apontar que, para este texto, não se trata de materialismo dialético, nem materialismo histórico, ambos ligados à tradição marxista e que tem interpretações e aplicações específicas. Essa distinção é importante pelo fato de esses dois materialismos terem destaque na área de conhecimento das Ciências Sociais/Ciência política. Abbagnano (2015) classifica o materialismo em cosmológico, metodológico, prático e psicofísico. O materialismo aportado aqui está ligado aos aspectos epistemológicos/metodológicos.

O materialismo metodológico foi definido primeiramente por Hobbes; sua tese fundamental consiste em julgar que a noção de matéria, ou seja, de corpo e movimento, é o único instrumento disponível para a explicação dos fenômenos. [...] Portanto todo conhecimento é conhecimento do movimento, e movimento implica corpo. [...] Recentemente,

o materialismo metodológico foi defendido pelos filósofos do Círculo de Viena, especialmente por Carnap, mas em sentido diferente do de Hobbes e referindo-se à linguagem: tal materialismo é a exigência de traduzir para os termos da linguagem física os dados protocolares, a fim de construir com eles uma linguagem intersubjetiva. (Abbagnano, 2015, p. 748).

Entra aqui, conseqüentemente, a discussão sobre a natureza e o estatuto epistemológico da pesquisa social. A relação entre pesquisador, fenômenos e mundo nas Ciências Sociais sempre foi problemática desde a ciência positiva de Comte e a política descritiva amoral de Maquiavel. Isso significa dizer que as três realidades imbricadas no processo de produzir conhecimento, quais sejam o sujeito cognoscente, o fenômeno cognoscível e o mundo que agrega sujeito e fenômeno, não têm uma relação pacífica e que cada realidade não existe de forma independente. Como aponta Hay (2002, p. 63, grifo do autor, tradução nossa),

O que esta breve discussão espera que sirva para demonstrar é que ontologia, epistemologia e metodologia, embora intimamente relacionadas, são irreduzíveis. Além disso, sua relação é direcional no sentido de que a ontologia precede logicamente a epistemologia que precede logicamente a metodologia. *Para resumir, a ontologia se relaciona com a natureza do mundo social e político, a epistemologia com o que podemos saber sobre ele e a metodologia com a forma como podemos adquirir esse conhecimento.*

A teoria do “Mundo 3”, de Karl Popper e Eccles (1995, p. 35), resume bem a discussão da relação entre essas realidades distintas e entrelaçadas no processo de existência e conhecimento. O Mundo 1 corresponde ao mundo dos objetos físicos; o Mundo 2 é o das experiências subjetivas; e o Mundo 3 são os produtos da mente humana. A novidade reside na afirmação objetiva do Mundo 3. Ou melhor, uma vez o conhecimento produzido e transformado em Mundo 3, ele tem existência própria. Há o acréscimo ainda de uma vez tendo existência própria, o conhecimento residido no Mundo 3 cria seus próprios problemas.

Com exceção de um solipsista, para quem só existe o eu e as suas sensações, a existência de um mundo objetivo é imprescindível para a existência do eu que conhece e dos fenômenos que serão conhecidos. Na esteira dessa ideia, Popper

e Eccles (1995) apresentam argumentações em favor do mundo objetivo e da possibilidade de, mesmo não tendo um sujeito totalmente desprendido da realidade, como queria a sociologia durkheimiana, obter conhecimento satisfatório sobre o mundo observado. Contudo, há que se fazer a distinção entre Ciências Sociais e Ciências da Natureza para não cair nas armadilhas do empirismo restritivo da filosofia britânica do século XVII.

Hay traz para o centro dessa discussão o que Bhaskar denominou de diferenças qualitativas das estruturas sociais em relação às estruturas naturais. No entendimento deste autor, há diferenças qualitativas entre as ciências naturais e as ciências sociais que delimitam a condição como ciência. Serve, de modo especial, para que as ciências sociais não caia nas armadilhas da identificação com as chamadas ciências duras. Em primeiro lugar, a estrutura social não existe independente das atividades relacionadas a ela. A segunda diferença é que as estruturas sociais não existem independente da concepção dos seus agentes. E, por último, as estruturas sociais têm uma duração relativa e não são invariáveis através do espaço-tempo. (Bhaskar *apud* Hay, 2002).

Pacificadas estas duas posições filosóficas antagônicas, passemos ao institucionalismo e suas variantes. O nosso ponto de partida é a década de 1980 com o chamado neoinstitucionalismo. Mesmo existindo correntes mais antigas de institucionalismo na Ciência Política, o cerne da nossa discussão está a partir dos três novos institucionalismos – institucionalismo da escolha racional, institucionalismo histórico e institucionalismo sociológico (Hall; Taylor, 2003).

E determinado estágio da pesquisa social e política, os três novos institucionalismos surgidos na década de 1980 – institucionalismo da escolha racional, institucionalismo histórico e institucionalismo sociológico (Hall; Taylor, 2003) – não estavam dando conta de um aspecto importante dos fenômenos sociais: a mudança. Foi para resolver essa anomalia e colocar no centro das pesquisas o papel das ideias que surgiu o institucionalismo discursivo. Schmidt (2011) apresenta-o como um conceito abrangente que tem como pontos principais considerar o conteúdo substantivo das ideias na análises e a interação dos processos discursivos que geram ideias e as comunica ao público.

Quando se faz a distinção do institucionalismo discursivo com os “velhos” novos institucionalismos, a autora supracitada apresenta a questão das ideias como ponto crucial na resolução das análises. A crítica central aos três tipos

de institucionalismos (Hall; Taylor, 2003) é ao determinismo que o neoinstitucionalismo carrega, ou seja, para cada um dos “velhos” institucionalismos, há estruturas que determinam as ações dos indivíduos, seja o cálculo material dos interesses, seja a cultura ou seja a história. O “novo institucionalismo, o discursivo, incorpora em suas análises a variável ideacional que faz parte da formulação de preferências pelos indivíduos, compõem suas interações e, conseqüentemente produz mudanças políticas. (Schmidt, 2011).

Os institucionalismos aceitam que há estruturas determinantes que dificultam o entendimento das mudanças nos fenômenos sociais e políticos, contudo, não só a mudança, mas a mudança de modo exógeno, aceitando que eventos externos extraordinários se chocam com as instituições e produzem mudanças nos rumos das instituições. Nesse diapasão, fica limitada a aceitação de ideias como fatores explicativos, pois essas têm um grau de instabilidade alto, e, conseqüentemente, mudam mais rápido do que estruturas econômicas, culturais e/ou históricas. Em outros termos, a instabilidade não é um estágio bem recebido entre os três neoinstitucionalismos.

Esse “novo” neoinstitucionalismo não coloca em xeque a existência e a importância das instituições; antes de tudo, ele pretende resguardá-las e mantê-las vivas dentro da análise política, mesmo com mudanças constantes e instabilidade. Compartilha com todos os institucionalismos a centralidade das instituições, mas diverge em vários aspectos. Nesse teor, “O institucionalismo discursivo, por consequência, compartilha com os outros institucionalismos um foco central na importância das instituições. No entanto, distingue-se não apenas em sua definição de instituições, mas também nos seus objetos e lógicas de explicação, bem como nas maneiras como lida com a mudança. [...]” (Schmidt, 2011, p. 48, tradução nossa).

O institucionalismo construtivista (Hay, 2006), por sua vez, que também surge como resposta às anomalias dos “velhos” neoinstitucionalismos, aponta para a incapacidade de os seus predecessores lidarem com mudanças e instabilidades. Senão vejamos:

Estes são os elementos analíticos básicos da abordagem do institucionalismo construtivista para a inovação, evolução e transformação das instituições. Nessa perspectiva, a mudança é vista como resultante da relação entre os atores e o contexto em que se encontram, entre os "arquitetos" institucionais, os sujeitos institucionalizados e os ambientes

institucionais. Mais especificamente, a mudança institucional é compreendida em termos da interação entre a conduta estratégica e o contexto estratégico no qual ela é concebida, bem como no desenrolar posterior de suas consequências, tanto as intencionais quanto as não intencionais. (Hay, 2006, p. 64, tradução nossa).

O construtivismo, no dizer de Abbagnano (2015, p. 230), é definido como “[. . .] uma família de posições contrapostas a formas simples de empirismo e a formas platônicas ou naturalistas de realismo em epistemologia, psicologia, ciências sociais, ética e no debate em torno dos fundamentos da matemática”. E, estritamente no sentido epistemológico, foco deste trabalho, é entendido com as seguintes características:

Na base do construtivismo epistemológico existe a convicção de todas as características do conhecimento, geralmente reputadas como verdadeiras “descobertas” de elementos “lá fora” no mundo, independentes dos sujeitos cognoscentes, são, na verdade, apenas (ou sobretudo) produtos de uma atividade de “construção” em que o papel construtivo é desempenhado ora pela mente (ou também pelo cérebro), ora pela sociedade (ou por formas específicas de poder institucional), ora pela linguagem (Abbagnano, 2015, p. 230).

A literatura institucionalista, ao apresentar o institucionalismo construtivista, tem o desafio de buscar suas raízes e ao mesmo tempo apontar suas peculiaridades. Colin Hay (2006, p. 62) faz a seguinte relação entre institucionalismo histórico e institucionalismo construtivista:

Se este último é visto [institucionalismo histórico], como no influente relato de Hall e Taylor, como uma combinação flexível de abordagens culturais e de cálculo para o sujeito institucionalmente incorporado, então está consideravelmente em desacordo com o institucionalismo construtivista. Visto dessa forma, é, além disso, incompatível com a tentativa de desenvolver uma explicação institucionalista endógena dos mecanismos e determinantes da mudança institucional complexa. No entanto, se for visto [. . .] como uma abordagem baseada na interação dinâmica de estrutura e agente (contexto institucional e arquiteto institucional) e, de fato, fatores materiais e ideacionais [. . .], então a diferença entre institucionalismos históricos e construtivistas é, no máximo, de ênfase.

Em suma, percebe-se que é mais adequado à pesquisa social e política um posicionamento que se afaste tanto do materialismo radical, o que indica abandonar as bases estritamente empiristas de um modelo de ciência, quanto de posições demasiadamente idealistas, estas implicariam um deslocamento total do mundo como realidade objetiva e material. Do ponto de vista dos institucionalismos discursivo e construtivista, essa observação ocupa lugar central. Isso ocorre porque, com o objetivo de trazer as ideias para o centro das discussões, corre-se o risco de tratar as ideias desprendidas da realidade ou tratar as ideias como realidade material. Ambos são um erro ontológico e epistemológico.

3 SIMILARIDADES E DISSIMILARIDADES ENTRE O INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO E O INSTITUCIONALISMO CONSTRUTIVISTA

O institucionalismo discursivo bem como o institucionalismo construtivista são movimentos intelectuais e metodológicos que discordam do lugar que é dado às ideias nos novos institucionalismos. Mesmo considerando as ideias uma possível variável nos fenômenos sociais e políticos, para o neoinstitucionalismo ainda não havia um lugar adequado dentro das instituições e não se tinha a preocupação de entender como essas ideias interagiam com instituições e atores institucionais. O objetivo desta seção é apresentar os “novos” neoinstitucionalismos e observar lugar de existência de cada um deles dentro do estudo de fenômenos sociais e políticos.

Hay (2006) considera que os dois são derivações do institucionalismo histórico. Este autor considera, portanto, que o institucionalismo da escolha racional tal qual o institucionalismo sociológico não avançaram muito em direção às ideias, enquanto o institucionalismo histórico desenvolveu esses aspectos até o ponto que houve a ruptura e o nascimento dos dois institucionalismos ora em tela. Peters (2019, p. 127) afirma que ambos os institucionalismos supracitados têm sido considerados um só: “O último dos vários “novos institucionalismos” a emergir foi rotulado de várias maneiras como “institucionalismo construtivista” ou, mais recentemente, “institucionalismo discursivo””. Contudo este não é um ponto pacificado e vamos tratá-los aqui como duas correntes distintas do institucionalismo.

Dentro da discussão no Institucionalismo Discursivo, a argumentação segundo a qual a virada ideacional teve início no Institucionalismo Histórico é

corroborada. De acordo com Schmidt (2011, p. 53), o ponto de inflação das ideias entre os institucionalistas históricos foi a gênese dos institucionalistas discursivos. As ideias nas vertentes históricas tradicionais são agregadas em suas análises como aceitáveis. A inflexão dada na vertente discursiva é que as ideias não são apenas aceitáveis e/ou incorporadas, mas são partes das instituições. Mesmo que essa incorporação signifique que ideias podem ser moldadas pelos parâmetros institucionais. E complementa:

O que define o trabalho que é claramente institucionalista discursivo dentro da tradição institucionalista histórica é o foco nas ideias como explicativas da mudança, muitas vezes com uma demonstração de que tais ideias não se encaixam em interesses "racionalistas" previsíveis, são subdeterminadas por fatores estruturais e/ou representam uma ruptura com os caminhos históricos (Schmidt, 2011, p. 54).

Uma observação importante é a distinção entre áreas que adotam as ideias como elementos centrais e as que ainda as deixam como periféricas. Essa distinção foi denominada por Blyth (2011) como institucionalismos não ideacionais e institucionalismo ideacionais. Esse autor compreende que as teorias científicas sociais não ideacionais têm as suas bases fundacionais e, ao mesmo tempo, as suas fraquezas em quatro pontos: 1. o mundo está em equilíbrio, portanto, estático; 2. a causalidade no mundo é linear; 3. a mudança no mundo assume uma função descontínua; 4. os dados no mundo são normalmente distribuídos, em linguagem estatística. Em suma, o objetivo de pesquisa social, o mundo, está em estabilidade e qualquer mudança nele deve ser exógena e pontual. Estes quatro pontos são considerados pelo autor como falácias, pois a instabilidade e multilinearidade (1 e 2) são características dos fenômenos sociais; a distinção entre fatores exógenos e endógenos são de difícil distinção (3); por fim, os resultados do mundo dificilmente são distribuídos normalmente (4).

Sobre como as ideias funcionam no institucionalismo discursivo na visão de Peters (2019) é que as instituições são definidas pelas ideias que os atores carregam e interação desses atores que geram novas e novos moldes institucionais. A consequência dessa interação é que as instituições e seu conteúdo não serão estáticos, mudarão conforme as relações e ideias mudem. Os próprios limites institucionais dependem da forma que é dada pela relação dos atores e a constituição ideacional produzida. “Essa forma de institucionalismo

pode ser usada para analisar estruturas mais formais, mas, ao contrário de outras abordagens de instituições e institucionalismo, há pouca necessidade dessa formalidade” (PETERS, 2019, p. 127, tradução nossa).

Uma vez que as ideias se tornam variáveis independentes na cadeia causal entre indivíduo, instituição e mundo, há a preocupação em determinar a objetividade das ideias e, portanto, sua empiria, no sentido de poder-se mensurar, mas não na identificação com materialidade. Ideias não são materiais, mas sua materialização é possível, pois, se não o fosse, a mensuração das ideias não ocorreria. Nesse sentido, o receptáculo material das ideias podem ser indivíduos, discursos, normas, condutas e as próprias instituições. Portanto a reivindicação da empiria para legitimar o institucionalismo discursivo é uma necessidade para fugir do idealismo com a sua abstração radical:

Em todas essas abordagens institucionalistas discursivas, a análise empírica do processo de mudança institucional é muito diferente daquela encontrada no institucionalismo racionalista, histórico ou sociológico, uma vez que se concentra em quem fala com quem sobre o quê, quando, como e por quê, a fim de mostrar como as ideias são geradas, debatidas, adotadas e alteradas como formuladores de políticas, líderes políticos e o público são persuadidos, ou não, da necessidade cognitiva e da adequação normativa das ideias. O contexto institucional claramente importa aqui, mas não exatamente da maneira que importa para os institucionalistas racionalistas, históricos ou sociológicos (Schmidt, 2011, p. 58).

Desse modo, a autora chama atenção para duas armadilhas: a alienação radical do mundo e a identificação radical com o mundo.

But all discursive institutionalist approaches, whether positivist or constructivist, might also be overly deterministic or idealistic with regard to the role of ideas and discourse, seeing the influence of ideas and the persuasiveness of discourse everywhere in the way rational choice institutionalists see instrumental rationality everywhere or sociological institutionalists see cultural rationality (Schmidt, 2011, p. 61).

O institucionalismo construtivista é também uma crítica aos “velhos” novos institucionalismos. Isso nos leva a uma base comum de surgimento entre

o institucionalismo discursivo e o institucionalismo construtivista, em especial na preocupação em explicar as mudanças dos eventos sociais e políticos. Contudo, neste texto, consideramos como duas vertentes distintas do neoinstitucionalismo. A diferença essencial entre esses dois institucionalismos, pelo que tem sido demonstrada, é como se faz a percepção das ideias. Enquanto as ideias no institucionalismo discursivo são tratadas com uma certa objetividade e autonomia considerável em relação ao sujeito – façamos aqui referência ao Mundo 3 popperiano citado acima –, no institucionalismo construtivista, o coração da análise está no pressuposto de que a própria ideia não pode ser captada; o que existe é a interpretação subjetiva e intersubjetiva da ideia percebida.

Pois as instituições, como estruturas, são invariavelmente vistas como limitando, na verdade delimitando, os parâmetros da escolha política. Como tal, são restrições ao dinamismo político. Este é certamente um insight importante, mas há um certo perigo em inclinar o bastão com muita força na direção da estrutura. Pois, sob certas condições, as instituições e as lógicas "dependentes do caminho" que elas impõem são reformuladas e redesenhadas por meio das consequências intencionais e não intencionais da agência política. Dada a importância de tais momentos, o novo institucionalismo teve muito pouco a dizer sobre esses surtos de mudança institucional que moldaram o caminho. É aqui que entra o institucionalismo construtivista. (Hay, 2011, p. 67).

No institucionalismo de vertente construtivista, também os interesses são construções sociais. Em oposição diametral à concepção de interesse, no institucionalismo da escolha racional os interesses não são fatores materiais, em especial econômicos, em que racionalmente cada indivíduo faria um cálculo e extrairia o melhor resultado possível para desejar algo. A posição do indivíduo diante do mundo não é presumidamente dada, ou seja, quando o sujeito entra em contato com a realidade do mundo, ele deve perceber, e a percepção da realidade não é linear; depois interpreta e, por fim, age e comunica essa interpretação. Portanto, analiticamente, isso pode se tornar um grande desafio para o analista político porque cada indivíduo significa um mundo de dados (Hay, 2011).

É muito comum, e com divulgação ampla, o *path dependence* institucional. O institucionalismo histórico aplica esse conceito para elucidar a estabilidade

e a replicação dos fenômenos sociais e políticos. Em outras palavras, as instituições vão se moldando à realidade de acordo com o legado deixado pelas instituições que a precederam. O constitucionalismo construtivista transforma esse conceito, quando se trata das ideias, para além de uma dependência de trajetória material. Há uma dependência de trajetória ideacional. Vejamos a argumentação abaixo:

Diferenciando-o ainda mais da nova ortodoxia institucionalista, os institucionalistas construtivistas enfatizam não apenas a dependência institucional do caminho, mas também a dependência ideacional do caminho. Em outras palavras, não são apenas as instituições, mas as próprias ideias nas quais elas se baseiam e que informam seu design e desenvolvimento que exercem restrições à autonomia política. As instituições são construídas sobre bases ideacionais que exercem um efeito independente dependente da trajetória em seu desenvolvimento subsequente [...] (Hay, 2011, p. 68).

A instabilidade é, portanto, uma constante dos fenômenos sociais e políticos para o institucionalismo construtivista. Então como a análise dos fenômenos ocorrem no institucionalismo construtivista? Para ter uma resposta adequada, faz-se mister aceitar que instabilidade não significa impossibilidade de mensuração. Senão vejamos:

O institucionalismo construtivista, portanto, procura identificar, detalhar e interrogar até que ponto – por meio de processos de normalização e incorporação institucional – as ideias estabelecidas são codificadas, servindo como filtros cognitivos através dos quais os atores passam a interpretar os sinais ambientais e, ao fazê-lo, a conceber seus próprios interesses. No entanto, crucialmente, eles também estão preocupados com as condições sob as quais esses filtros e paradigmas cognitivos estabelecidos são contestados, desafiados e substituídos. Além disso, eles veem as mudanças paradigmáticas como o prenúncio de mudanças institucionais significativas (Hay, 2011, p. 69).

Essa instabilidade institucional é um produto da instabilidade do mundo. De certo modo, se o mundo e as instituições fossem completamente estáticos, como queria Platão com o mundo das ideias e como queria Aristóteles com as esferas celestes, não haveria necessidade de análises. Os cientistas políticos seriam meros “desenhistas” da realidade objetiva dada, de modo que os sujeitos

são peças de uma grande engrenagem, para fazer referência ao estruturalismo, sem liberdade para agir e sem criatividade para perceber. Sobre a estabilidade da realidade, Blyth (2011) afirma que o equilíbrio é entrópico sem possibilidade de previsão, ou que pode ser mensurado antes do fenômeno como sustenta os racionalistas com o conceito de agência. Entretanto, a imprevisibilidade do equilíbrio não é um problema, antes de tudo, é parte do fenômeno.

Em suma, para os construtivistas, não só as instituições têm ideias, como também a base dessas instituições são ideias, ou seja, as instituições são construídas a partir das ideias que se tem da realidade com a intenção de criar padrões que deem conta das instabilidades, porém não as elimina, pois essa instabilidade faz parte da natureza das instituições.

Diferenciando-o ainda mais da nova ortodoxia institucionalista, os institucionalistas construtivistas enfatizam não apenas a dependência do caminho institucional, mas também a dependência do caminho ideacional. Em outras palavras, não são apenas as instituições, mas as próprias ideias nas quais elas se baseiam e que informam seu design e desenvolvimento, que exercem restrições à autonomia política. As instituições são construídas sobre bases ideacionais que exercem um efeito dependente de caminho independente em seu desenvolvimento subsequente. (Hay, 2006, p. 65).

Dito isso, identificar totalmente institucionalismo discursivo com o institucionalismo construtivista corre-se o risco de limitar o alcance que cada um desses institucionalismos tem para explicar fenômenos sociais e políticos. Manter a distinção entre os dois institucionalismos permite, por um lado, que o institucionalismo discursivo explore as ideias dentro das ações discursivas dos indivíduos no contexto institucional; por outro lado, o institucionalismo construtivista permite avançar na proposição de as ideias serem permanentemente relacionadas com as instituições, sendo criadas e recriadas a todo momento, a depender da interpretação dos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

O levantamento conceitual e bibliográfico aqui feito ajuda a entender as nuances da análise social e política dentro do institucionalismo pós-1980. Inicialmente os novos institucionalismos (escolha racional, sociológico e histórico)

abriram o caminho para a afirmação “as instituições importam” e como elas importam. Na década posterior, 1990, o institucionalismo da escolha racional tornou-se um paradigma na Ciência Política. As críticas ideacionais aos “velhos” novos institucionalismos abrem um novo caminho com a afirmação de que “as ideias importam”, entretanto o desafio é operacionalizar o entendimento de como as ideias importam, ou seja, traçar um estatuto epistemológico dos institucionalismos ideacionais e um manual de pesquisa metodológico para conduzir a formação dos novos pesquisadores que tenham interesse nessa área.

O movimento inicial de ida para as ideias fez a primeira distinção entre neoinstitucionalismos não ideacional e neoinstitucionalismos ideacionais. O problema da mudança surgido nos institucionalismos da escolha racional, histórico e sociológico limitou a aceitabilidade dessas correntes ao impacto que as ideias nas instituições e na explicação dos fenômenos sociais e políticos. Os neoinstitucionalismos não ideacionais têm dificuldades de lidar com a mudança endógena das instituições e aceitar essas mudanças como parte da natureza delas mesmas. Por outro lado, os neoinstitucionalismos ideacionais assumem o dever institucional em suas análises e, em certo modo, criticam o comportamento dos não ideacionais de considerar as instituições como estruturas estáticas passíveis apenas de choques externos.

Por fim, o surgimento e desenvolvimento dos institucionalismos ideacionais significam uma expansão das análises institucionalistas dos fenômenos sociais e políticos. De todo modo, a busca pela inclusão das ideias na cadeia causal de eventos não pode perder a possibilidade da existência de base empírica, para não incorrer em um idealismo. No outro extremo, não se pode considerar as ideias como um objeto material sem levar em consideração suas características próprias, tais como abstração e instabilidade, incorrendo dessa forma em um materialismo sem matéria. Portanto, limpando as arestas ontológicas, epistemológicas e metodológicas do institucionalismo discursivo e do institucionalismo construtivista, esses são e serão potentes ferramentas para a análise dos fenômenos sociais e políticos.

Apontar, pois, chaves epistemológicas para um mundo ontológico, sem perder os parâmetros epistemológicos que permitam a pluralidade na produção do conhecimento é o desafio e saída para estes novos institucionalismos. Continua, portanto, as afirmações de abertura destas correntes: “As instituições importam!”, “As ideias importam!”, “As relações importam!”; de modo que

deve ser acrescentadas várias perguntas que auxiliam no entendimento do mundo e de seus fenômenos observados pelo sujeito e por comunidades científicas: “Como importam?”, “Para quem importam?” e em “Qual o impacto disso para os indivíduos e sociedades?”.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- BLYTH, Mark. Ideas, Uncertainty, and Evolution. *In: BÉLAND, Daniel; COX, Robert. Ideas and Politics in Social Science Research*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 83–101.
- BLYTH, Mark. Structures do not come with an instruction sheet: interests, ideas, and progress in Political Science. *Perspectives on Politics*, v. 1, n. 4, p. 695–706, dez. 2003.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2003, n. 58, p. 193–223.
- HAY, Colin. Constructivist institutionalism. *In: RHODES, Roderick; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Berta. The oxford handbook of political institutions*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 58–74.
- HAY, Colin. Ideas and construction of interests. *In: BÉLAND, Daniel; COX, Robert. Ideas and Politics in Social Science Research*. Nova York: Oxford University Press, 2011. p. 65–82.
- HAY, Colin. *Political analysis: a critical introduction*. Londres: Palgrave, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PETERS, B. Guy. *Institutional theory in Political Science: the new institutionalism*. 4. ed. Cheltenham: Edward Elga, 2019.
- POPPER, Karl; ECCLES, John. *O eu e o seu cérebro*. 2. ed. Campinas: Papirus; Brasília: UNB, 1995.

SCHMIDT, Vivien. Reconciling ideas and institutions through discursive institutionalism. *In*: BÉLAND, Daniel; COX, Robert. *Ideas and politics in social science research*. Nova York: Oxford University Press, 2011. p. 47–64.